

# ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZEREM FLORIANÓPOLIS/SC: análise de praças e parques da bacia hidrográfica do Itacorubi

**Adriana Carvalho da Silva Storch, Adriana Marques Rossetto e Veridiana Atanasio Scalco**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
adriana.gcs@ufsc.br

## RESUMO

O município de Florianópolis tem apresentado um elevado crescimento demográfico desde 1970. Nos últimos 45 anos, sua população passou de cerca de 150.000 para 470.000 habitantes. A Bacia do Itacorubi, onde se localizam os bairros do Itacorubi, do Santa Mônica, do Córrego Grande, do Pantanal e da Trindade também acompanhou este crescimento, e concentra atualmente cerca de 55.000 moradores. Nesta região existem 28 espaços públicos de lazer, incluindo parques, praças e áreas verdes de lazer, e excluindo os canteiros do sistema viário. O objetivo desta pesquisa foi constituir um banco de dados sobre estes espaços utilizando o sistema de informações geográficas (SIG), incluindo variáveis como forma, funções, área, limites, dentre outras. O método está dividido em três partes: estabelecimento das variáveis de investigação, levantamento de dados *in loco*, a partir da técnica da observação sistemática e tratamento de dados e armazenados em SIG. Como resultado tem-se o banco de dados e o detalhamento dos procedimentos em uma das praças analisadas (Praça Jardim Albatroz). Numa pesquisa futura, pretende-se identificar quais as correlações entre as diversas variáveis mais importantes, como base para a elaboração de um conjunto de diretrizes projetuais.

**Palavras-chave:** Espaços Públicos de Lazer, Análise Morfológica, SIG, Bacia do Rio Itacorubi

## ABSTRACT

The city of Florianopolis has presented a high demographic growth since 1970. Over the past 45 years, its population has increased from around 150,000 to 470,000 inhabitants. The Itacorubi River Basin, where the districts of Itacorubi, Santa Mônica, Córrego Grande, Pantanal, and Trindade are located, have also followed this tendency, concentrating currently around 55,000 residents. In this region, there are 28 recreational public spaces, including parks, squares, and green areas, but not flowerbeds and lawns. The objective of this research is to create a database on these areas using a geographic information system (GIS) software, including variables such as form, functions, equipments, area, date of creation, among others. The method is divided into three parts: establishment of research variables, on-site data collection, from the systematic observation technique and data processing and storage in GIS. As a result, this paper presents the database and the details of procedures of the analyzed venue (Jardim Albatroz Square). In a following research, it is expected to identify the most important correlations among the variables, as a basis for a set of projective guidelines.

**Key words:** Public spaces, Morphological analysis, GIS, Itacorubi River Basin

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca de um conceito capaz de definir o que são espaços públicos é vasta, e pode ser bastante distinta dependendo do enfoque e das diferentes áreas do conhecimento. No urbanismo, também são diversas as abordagens sobre o tema.

Apesar desta abrangente discussão acadêmica, pode-se afirmar que os espaços públicos (principalmente os livres) de uma cidade são lugares onde se contrapõem distintas maneiras de viver, onde a cidadania e o convívio social estão bem caracterizados. É também nos espaços públicos que as diferenças sociais e os conflitos gerados a partir delas são revelados. Eles em essência condensam a identidade da cidade, e conferem a ela significado e riqueza (Segre: 2005). Produzida pela visibilidade esta identidade humaniza as relações através de laços de convivência e da sensação do “pertencer” (Carlos, 2001).

O lugar público deveria ser concebido, como colocado por Rossetto (2011: 253), “como um espaço urbano acessível onde se produz o encontro da diversidade, da multiplicidade de pessoas, ofícios, comunidades e culturas que se complementam mutuamente”. Estes elementos sustentam o equilíbrio do conjunto urbano (Gomes: 2002; Rhys, 1995; Santos Filho: 2004).

Mesmo que historicamente e durante muitos séculos os espaços públicos urbanos tenham se constituído com forte sentido simbólico, a contemporaneidade trouxe uma sutil mudança em sua apropriação. Em seu escopo, o sentido de lócus da sociabilidade democrática, de convívio e de intercâmbio social se arrefece e passa a assumir, como colocado por Frúgoli Jr. (2001) um caráter de abandono, degradação e violência ou, então, a se transformar em disputados espaços nos quais os conglomerados financeiros e comerciais disputam por hegemonia e prestígio, impingindo valores exorbitantes e excludentes à terra urbanizada. O resultado deste embate é a redução de espaços cada vez mais a espaços de passagem, principalmente nos grandes centros.

Tendo em vista que no processo de evolução urbana os espaços públicos são aqueles de mais longa permanência e que estruturam os espaços urbanos seu ordenamento confunde-se com o próprio ordenamento da cidade. Sua convivência com os espaços privados, onde o acesso coletivo é facilitado ou não de acordo com os interesses específicos de seus proprietários (Guerra, 2000) torna-os elemento articulador das relações que se estabelecem na cidade. Assim, passam a assumir o papel de mediar e equilibrar a relação entre os interesses da esfera pública e da esfera privada, tornando-se de fundamental importância para o contexto urbano.

Neste sentido, a praça é considerada o primeiro espaço público urbano (Krier, 1976: 2). Nasceu rodeada por casas, e posteriormente assumiu valor simbólico e destaque no espaço de convívio e de trocas que sustentava o sentido da cidade. Entretanto, até mesmo este valor inerente do próprio processo de formação histórica tem perdido força na cidade contemporânea, seguindo os preceitos iniciados na modernidade. O segundo espaço público a surgir, segundo o mesmo autor, foi a rua, como resultado do crescimento do aglomerado urbano. A rua passou a conectar, organizar e distribuir os espaços privados. Assim, mesmo que na atualidade todos os espaços públicos livres tenham perdido muito de sua conotação de espaços estruturadores da vida urbana, em especial os espaços públicos livres, a rua reforça seu caráter de ligação e perde, em geral, o caráter de conexão, de organização e de articulação.

Apesar disso, atualmente parecem emergir novas formas de apropriação e de reivindicação de tais espaços, principalmente como lugares de lazer, isto é, como sinônimos do direito à cidade e de inclusão social. De acordo com Lopes (1999), o seu ordenamento é atualmente um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano. Eles interessam a todas as pessoas, independentemente do tempo livre e do grau de acessibilidades de cada um (Lopes, 1999).

Nesta pesquisa, partiremos do pressuposto de que o espaço público é aquele de uso comum e posse coletiva, pertence ao poder público que é responsável pela manutenção. A partir desta perspectiva utilizaremos a classificação de Puime, (2014) na qual considera a existência de espaços que são totalmente livres e os que, mesmo públicos, possuem uma certa restrição ao acesso. Entre os com restrição de acesso, estão os que demandam horários de entrada e saída, traje, regras de conduta, porém continuam sendo de acesso a todos. Por exemplo: igrejas, museus, hospitais, bibliotecas, edifícios públicos, etc. Segundo este mesmo autor (Puime, 2014), destacam-se quatro categorias:

- Espaços de circulação (como uma rua ou uma praça);

- Espaços de lazer e recreação (como um parque, playground, pista de skate);
- Espaços de contemplação (um jardim público, um monumento);
- Espaços de preservação e conservação (uma reserva ecológica, um prédio tombado).

### 1.1 Contexto e objetivo da pesquisa

O município de Florianópolis tem apresentado um elevado crescimento demográfico desde 1970. Sua população passou de 143.414 habitantes para 469.690 em 2014, de acordo com dados estimados pelo IBGE (2015).

Este intenso crescimento também se faz visível na bacia hidrográfica do Rio do Itacorubi, onde se localizam diversas instituições federais e estaduais, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Federação das Indústrias do estado (FIESC), as Centrais Elétricas (CELESC), a Universidade Estadual (UDESC), e o Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), que mantém a economia local estável e atraem anualmente novos moradores.

Nesta bacia hidrográfica, localizam-se os bairros do Itacorubi, do Santa Mônica, do Córrego Grande do Pantanal e da Trindade, concentrando juntos cerca de 55.000 moradores (52.194 em 2010, dados do IBGE). Devido à grande procura, o mercado habitacional da região também cresceu nas últimas décadas, inicialmente através de loteamentos unifamiliares, e mais recentemente através de condomínios verticais multifamiliares. Este crescimento da área construída total da região aconteceu sobre um tecido urbano criado e consolidado até meados da década de 1980. Desde então, houve ocupação dos lotes e criação de pequenos acessos denominados servidões, como travessas das principais vias.

Apesar da inegável importância dos espaços públicos como símbolo máximo de urbanidade e de direito à cidade, em Florianópolis parece haver um descompasso entre o crescimento populacional nas últimas décadas e a criação de praças e parques. Mais que isso, a maior parte destes espaços demonstram falta de qualidade e abandono, seguindo à risca a crítica à cidade moderna.

Atualmente, existem 28 espaços públicos de lazer, sejam de contemplação e ou de recreação na bacia hidrográfica do Itacorubi. Entre eles, incluem-se os parques, praças e áreas verdes de lazer, e excluem-se os canteiros do sistema viário. O Campus da Universidade Federal de Santa Catarina também caracteriza-se como área de lazer, mas não foi incluído inicialmente nesta pesquisa.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa foi efetuar um levantamento das características destes espaços e constituir um banco de dados sobre estes espaços utilizando o sistema de informações geográficas (SIG), disponibilizando informações sobre forma, funções, área, limites, dentre outras. No presente artigo, foi feito um relato sobre este processo, o mapeamento e identificação de todos os espaços públicos da Bacia e o aprofundamento do detalhamento apenas um destes espaços, com vista a evidenciar questões importantes entre a morfologia e a apropriação destes espaços pela população.

Posteriormente, com a conclusão do banco de dados e utilização de método quantitativo, espera-se conseguir através das correlações entre as diversas variáveis, pontualmente ou em conjuntos, estabelecer sua relação com os índices de frequências. Dessa forma buscou-se identificar quais aspectos físicos e morfológicos tornam alguns espaços mais atrativos que outros, o que poderá servir como base para a elaboração de um conjunto de diretrizes projetuais. Este conjunto de diretrizes pretende ser válido para a reformulação desses espaços ou mesmo para a criação de novos.

## 2 METODOLOGIA

Conforme mencionado acima, neste artigo será relatado o levantamento geral dos espaços públicos de lazer, conforme recorte já explicitado, e os procedimentos metodológicos da pesquisa, detalhando somente um destes espaços, a Praça Jardim Albatroz (Córrego Grande), criada no fim da década de 1990, e revitalizada em 2014.

Depois de estabelecidas as variáveis de investigação, foi iniciada a fase de levantamento de dados *in loco*, a partir da técnica da observação sistemática. O registro das informações se deu através de fichas, mapas esquemáticos em escala, e fotografias. Em seguida, os dados obtidos foram tratados e armazenados em SIG com o auxílio do software livre QuantumGIS, sobre uma base cartográfica previamente elaborada (base do PLAMUS, de Logit Engenharia Consultiva *et al.*, 2015).

As variáveis selecionadas foram: forma, posição, funções, área aproximada, limites, percursos, entradas, acessibilidade (atendimento à NBR 9050: 2015), usos e ocupação do solo dos respectivos entornos imediatos, existência de estacionamento, acabamentos, mobiliário, arborização, perfil dos usuários, e frequência em períodos distintos. O cálculo das áreas foi feito através do software QGIS, sobre a base cartográfica, e não apresenta precisão cadastral.

As formas foram classificadas em: círculos (1), triângulos (2), quadrados (3), retângulos (4), losangos (5), trapézios (6), variáveis (7). As posições variam entre: completamente solta (0), pouco engastada (1), moderadamente engastada (2), e muito engastada no entorno (3). As funções e seus devidos equipamentos identificados receberam os seguintes códigos: inexistente (0), lazer infantil (1), campo de futebol (2), quadra esportiva (3), área de ginástica (4), quiosque/ restaurante (5), área de estar (6), pista de skate (7), sede social (8), posto policial (9), sanitários (10), trilhas (11) e áreas para shows.

O registro da frequência (usuários/hora) e da permanência (horas) se deu durante 3 períodos: matutino, vespertino e noturno, durante a semana e fins-de-semana. Em dias de temperatura baixa (inferior a 15°C) e alta (superior a 30°C) não houve levantamento de dados, assim como em dias de mau tempo. Aqui foram contabilizadas a quantidade de pessoas do sexo feminino (1), masculino (2), e sua idade aproximada: crianças (1), adultos (2) e idosos (3), e as atividades exercidas: descansar (1), brincar (2), esportes/ exercícios físicos (3), acompanhar (4). Em se tratando de quantidade, a classificação obedeceu a: inexistente (1), insuficiente (2), e suficiente (3). Já os aspectos qualitativos foram classificados segundo a seguinte escala: ruim (1), regular (2), e bom (3).

Uma outra variável a considerar foi a data da criação oficial destes espaços, distribuídos em seis grandes períodos: de 1938 a 1956 (1); de 1957 a 1976 (2); de 1977 a 1993 (3); de 1994 a 2006 (4); de 2007 a 2011 (5); e de 2012 a 2015 (6). Esta periodização decorre da base de dados de geoprocessamento da prefeitura do município (mosaicos e ortofotos) e da dificuldade de se verificar com exatidão as datas de criação de alguns objetos. Registramos também a data aproximada da apropriação do espaço pela população.

Como dito anteriormente, na bacia hidrográfica do Itacorubi existem atualmente 28 espaços públicos de lazer: (6) na Trindade, (11) no Córrego Grande, (5) no Santa Mônica, e (6) no Itacorubi. No bairro do Pantanal não existem espaços públicos de lazer registrados ou mesmo informais (gráfico 1):

1. Praça Santos Dumont
2. Praça Jornalista Gustavo Lacerda
3. Pista de Skate
4. Praça Atílio Ferreira
5. Praça da Penitenciária
6. Praça Agenor Póvoas Filho
7. Parque Ecológico Municipal Professor João Davi Ferreira Lima (Horto Florestal)
8. Praça Edson Pereira do Nascimento (Praça do Bentinho)
9. Praça da Associação dos Moradores do Jardim Albatroz (AMJA) (Praça da Comunidade)
10. Praça do Conselho Comunitário do Córrego Grande (CCCG)
11. Praça do Conselho Comunitário do Jardim Anchieta, Flor da Ilha e Jardim Germânia (CONFIA)
12. AVL
13. Praça da Árvore
14. Praça Breno Pinheiro Valadares
15. Praça Padre José Anchieta
16. Praça do Poção e Associação dos Moradores do Sertão do Córrego Grande (AMOSC) (Praça da Comunidade)
17. Parque Linear do Córrego Grande
18. Praça Irmã Maria Teresa Kock
19. Praça da Associação Comunitária Jardim Santa Mônica (ACOJAR)
20. Praça Donato da Silva
21. Praça João Di Bernardi
22. Praça José Carneiro Junior
23. Praça Des. Thereza Grisolla Tang (Praça Caiçara)
24. Praça do Conselho Comunitário do Itacorubi (CCI)
25. Praça do Conselho Comunitário do Parque São Jorge (CONJORGE)
26. Praça Vereador Miguel Ângelo Sedrez

27. Praça da Rua Itapiranga (Praça da Comunidade)  
 28. Jardim Botânico do Itacorubi

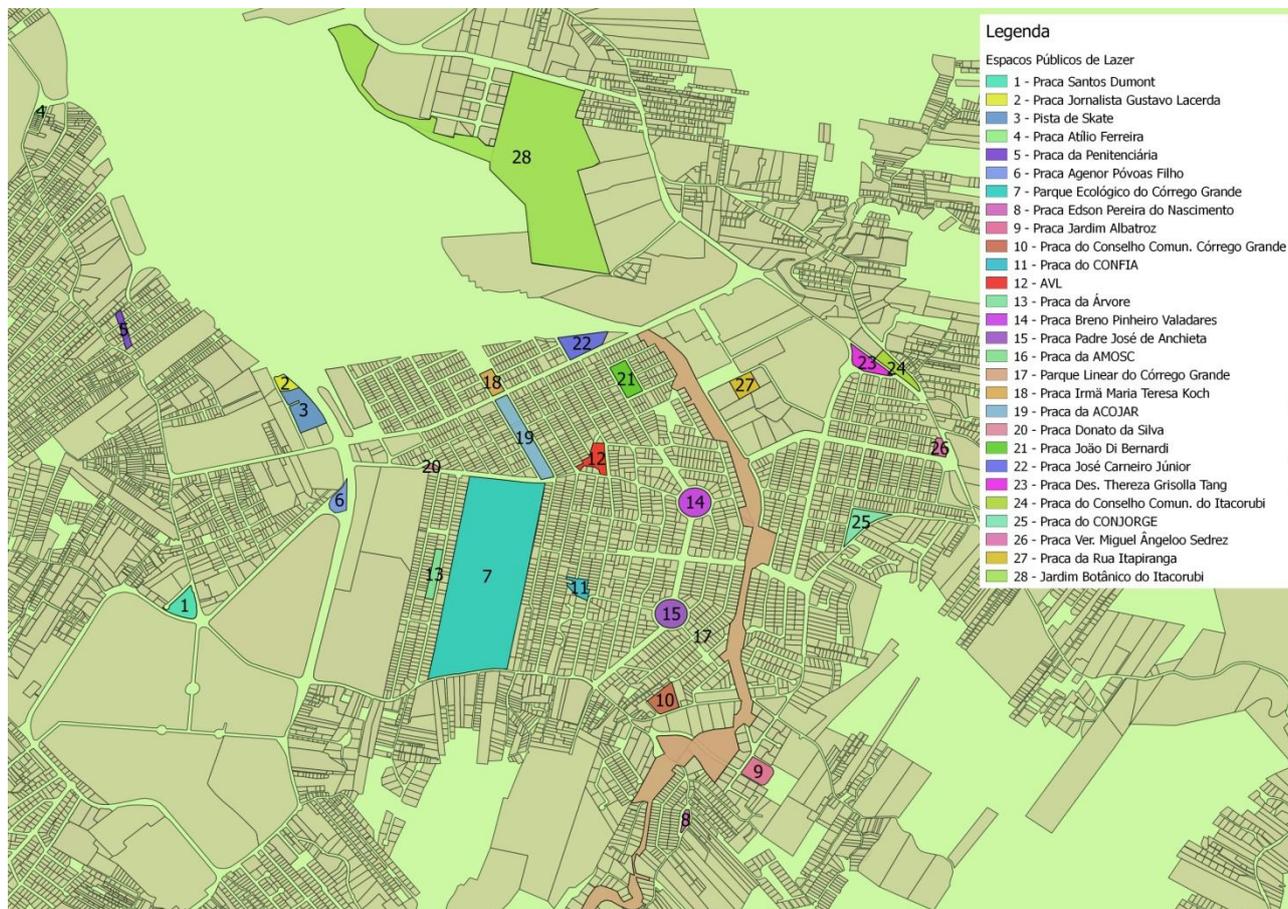


Gráfico 1: Mapa de localização dos objetos de estudo

Elaboração própria a partir da base cartográfica de LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA *et al.*, 2015

### 3 RESULTADOS

#### 3.1 Característica geral dos espaços públicos da Bacia do Itacorubi

A tabela abaixo (gráfico 2) exemplifica algumas das informações coletadas e armazenadas no banco de dados em SIG.

ID	Nome	Área Aprox.	Forma e Posição	Funções e Equipamentos	Criação e Registro
01	Praça Santos Dumont	9.118 m <sup>2</sup>	Triangular (2); isolada no sistema viário (0).	Lazer infantil (1), quiosque/ restaurante (5), área de estar (6)	Período (1): aparece na foto aérea de 1938.
02	Praça Jornalista Gustavo Lacerda e	3.947 m <sup>2</sup>	Trapezoidal (6); isolada no sistema viário (0).	Não possui funções ou equipamentos: inexistente (0)	Período (4): aparece na foto aérea de 2007. Denominada pela Lei Municipal 8015/09
03	Pista de Skate	16.260 m <sup>2</sup>	Retangular (4); pouco engastada - 1 face (1).	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), quadra esportiva (3), área de ginástica (4), quiosque/ restaurante (5), área de estar (6), pista de skate (7)	Período (4): aparece na foto aérea de 2007. Ainda sem registro legal
04	Praça Atílio Ferreira	3.728 m <sup>2</sup>	Retangular (4); moderadamente engastada (2); dividida em três partes, extremidades engastadas no entorno com uma testada,	Área de estar (6), e sede social (8)	Período (3): aparece na foto aérea de 1994. Denominada pela Lei Municipal 7041/06.

			central solta no sistema viário		
05	Praça da Penitenciária	1.068 m <sup>2</sup>	Triangular (1); pouco engastada - 1 face (1)	Lazer infantil (1), área de estar (6)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977. Revitalizada em 2009 através do programa Adote uma Praça.
06	Praça Agenor Povoas Junior	5.575 m <sup>2</sup>	Variável (7), isolada no sistema viário (0)	Não possui funções ou equipamentos: inexistente (0)	Período (3): aparece na foto aérea de 1994, deriva de obras do sistema viário. Revitalizada em 2008 através do programa Adote uma Praça.
7	Praça Edson Pereira do Nascimento	1.858 m <sup>2</sup>	Losango(5); solta no sistema viário (0)	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), área de ginástica (4), área de estar (6)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, pois o loteamento é da década de 1970 (Conjunto Guarani). Denominada pela Lei Municipal 3907/92. Restaurada em 2014 através do TAC da Fazendinha de 2013.
8	Horto	213.000 m <sup>2</sup>	Retangular (4); muito engastado (3)	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), quadra esportiva (3), área de ginástica (4), quiosque/ restaurante (5), área de estar (6), sanitários (10), trilhas (11) e área para shows (12).	Período (1): criado em 1946. Fechado em 1991 e reaberto em 1994 como parque municipal. Denominado pela Lei Municipal 5978/02.
9	AMJA	8.512 m <sup>2</sup>	Retangular (4); quatro testadas, solta no sistema viário (0)	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), quadra esportiva (3), área de ginástica (4), área de estar (6)	Período (3): aparece na foto aérea de 1994, e deriva do loteamento Jardim Albatroz da Bermann. Restaurada em 2014 através do TAC da Fazendinha de 2013.
10	CCCG	8.520 m <sup>2</sup>	Trapezoidal (6); moderadamente engastada (2)	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), quadra esportiva (3), área de ginástica (4), quiosque/ restaurante (5), área de estar (6), sede social (8) sanitários (10)	Período (3): aparece na foto aérea de 1994.
11	CONFIA	5.085 m <sup>2</sup>	Variável (7); pouco engastada (1)	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), quadra esportiva (3), área de ginástica (4), área de estar (6), sede social (8)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, e deriva dos loteamentos Jardim Santa Mônica e Jardim Anchieta. Denominada pela Lei Municipal
12	AVL	8.775 m <sup>2</sup>	Variável (7); muito engastada (3)	Não possui funções ou equipamentos: inexistente (0)	Período (3): aparece na foto aérea de 1994.
13	Praça da Árvore	6.333 m <sup>2</sup>	Retangular (4); moderadamente engastada (2)	Lazer infantil (1), quadra esportiva (3), área de estar (6)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, e deriva da implantação do loteamento Flor da Ilha. Denominada pela Lei Municipal 6210/03.
14	Praça Breno Pinheiro Valadares	11.460 m <sup>2</sup>	Circular (1); solta no sistema viário (0)	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), área de ginástica (4), área de estar (6)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, com a criação do loteamento Jardim Anchieta. Denominada pela Lei Municipal 2947/88.
15	Praça Padre José de Anchieta	11.580 m <sup>2</sup>	Circular (1); solta no sistema viário (0)	Não possui funções ou equipamentos: inexistente (0)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, com a criação do loteamento Jardim Anchieta. Denominada pela Lei Municipal 2948/88.
16	Praça do Poção e AMOSC	1.370 m <sup>2</sup>	Variável (7); solta no sistema viário (0)	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), área de estar (6), sede social (8), área para shows (12)	Período (4): aparece na foto aérea de 2002. Comprada por um TAC em 2013 e doada à AMOSC. Inaugurada em 2015.
17	Parque Linear do Córrego Grande	260.000 m <sup>2</sup>	Variável (7); muito engastado (3)	Não possui funções ou equipamentos: inexistente (0)	Período (6): criado pela Lei Municipal 9455/14.
18	Praça Maria Teresa Kock	5.195 m <sup>2</sup>	Retangular (4); isolada no sistema viário (0)	Lazer infantil (1), área de ginástica (4), área de estar (6), posto policial (9)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, com a criação do loteamento Jardim Santa Mônica. Denominada pela Lei Municipal 5646/00.

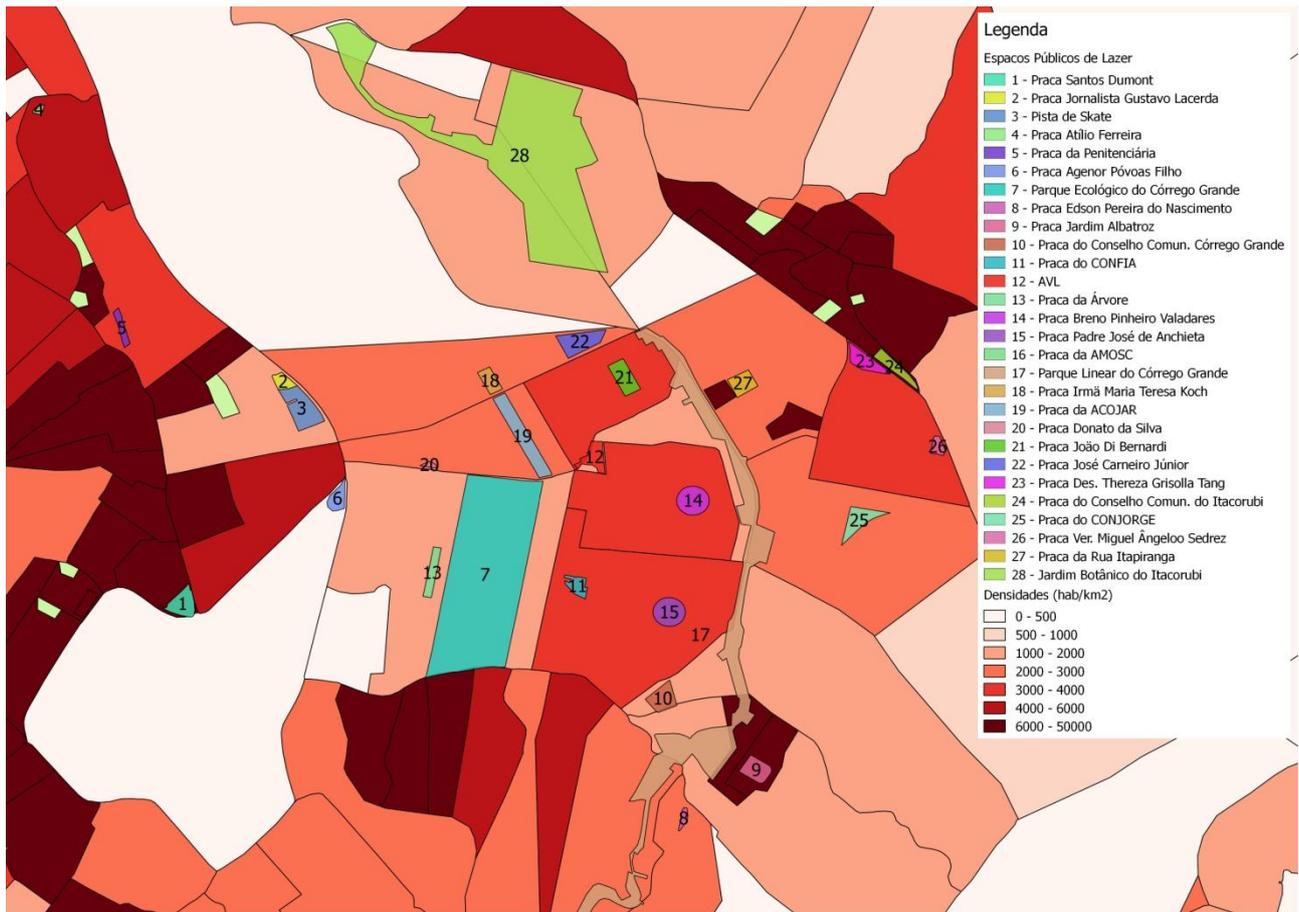
19	ACOJAR	19.370 m <sup>2</sup>	Retangular (4); pouco engastada (1); dividida em duas partes, isolada no sistema viário e limite com córrego	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), quadra esportiva (3), área de ginástica (4), quiosque/restaurante (5), área de estar (6), sede social (8), sanitários (10)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, com a criação do loteamento Jardim Santa Mônica.
20	Praça Donatoda Silva	906 m <sup>2</sup>	Triangular (2); pouco engastada (1)	Área de estar (6)	Período (4): aparece na foto aérea de 2007, mas foi criada junto com o loteamento Jardim Santa Mônica. Denominada pela Lei Municipal 5141/97.
21	Praça João di Bernardi	9.122 m <sup>2</sup>	Retangular (4); isolada no sistema viário (0)	Não possui funções ou equipamentos: inexistente (0)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, com a criação do Jardim Anchieta. Denominada pela Lei Municipal 2270/85.
22	Praça José Carneiro Junior	14.200 m <sup>2</sup>	Triangular (2); pouco engastada (1)	Não possui funções ou equipamentos: inexistente (0)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, com a criação do loteamento Jardim Santa Mônica. Denominada pela Lei Municipal 7019/2006.
23	Praça Des. Thereza Grisolla Tang	8.043 m <sup>2</sup>	Triangular (2); isolada no sistema viário (0)	Área de ginástica (4), área de estar (6)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, junto com a criação do loteamento Parque São Jorge no fim da década de 1970. Denominada pela Lei Municipal 9338/13, anteriormente pela 2643/87 de Praça Caiçara.
24	CCI	7.053 m <sup>2</sup>	Triangular (2); pouco engastada (1)	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), quadra esportiva (3), área de ginástica (4), área de estar (6)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977.
25	CONJORGE	9.908 m <sup>2</sup>	Triangular (2); isolada no sistema viário (0)	Lazer infantil (1), campo de futebol (2), quadra esportiva (3), área de estar (6), sede social (8) e posto policial (9)	Período (2): aparece na foto aérea de 1977, com a criação do loteamento Parque São Jorge.
26	Praça Vereador Miguel Ângelo Sedrez	3.045 m <sup>2</sup>	Triangular (2), Empastamento médio (2)	Lazer infantil (1), área de estar (6)	Período (4), mas já aparece na foto aérea de 2002, pois o loteamento Parque São Jorge é do fim da década de 1970. Denominada pela Lei Municipal 4753/95 e alterado pela Lei Municipal 5675/2000.
27	Praça da Rua Itapiranga	7.173 m <sup>2</sup>	Retangular (4), pouco engastada (1)	Lazer infantil (1), Área de estar (6)	Período (5): aparece na foto aérea de 2012. Criada pela Koerich Imóveis através do Programa Boa Praça em 2007.
28	Jardim Botânico do Itacorubi	284.000m <sup>2</sup>	Variável (7), muito engastado (3)	Não possui funções ou equipamentos: inexistente (0)	Período (5): criado em 05/06/2007, através de um Protocolo de Intenções que estabelece um consórcio entre EPAGRI, UFSC, FLORAM e FAPESC

**Gráfico 2: Catálogo dos objetos de estudo**

Elaboração a partir de dados próprios e de VAZ, 2016

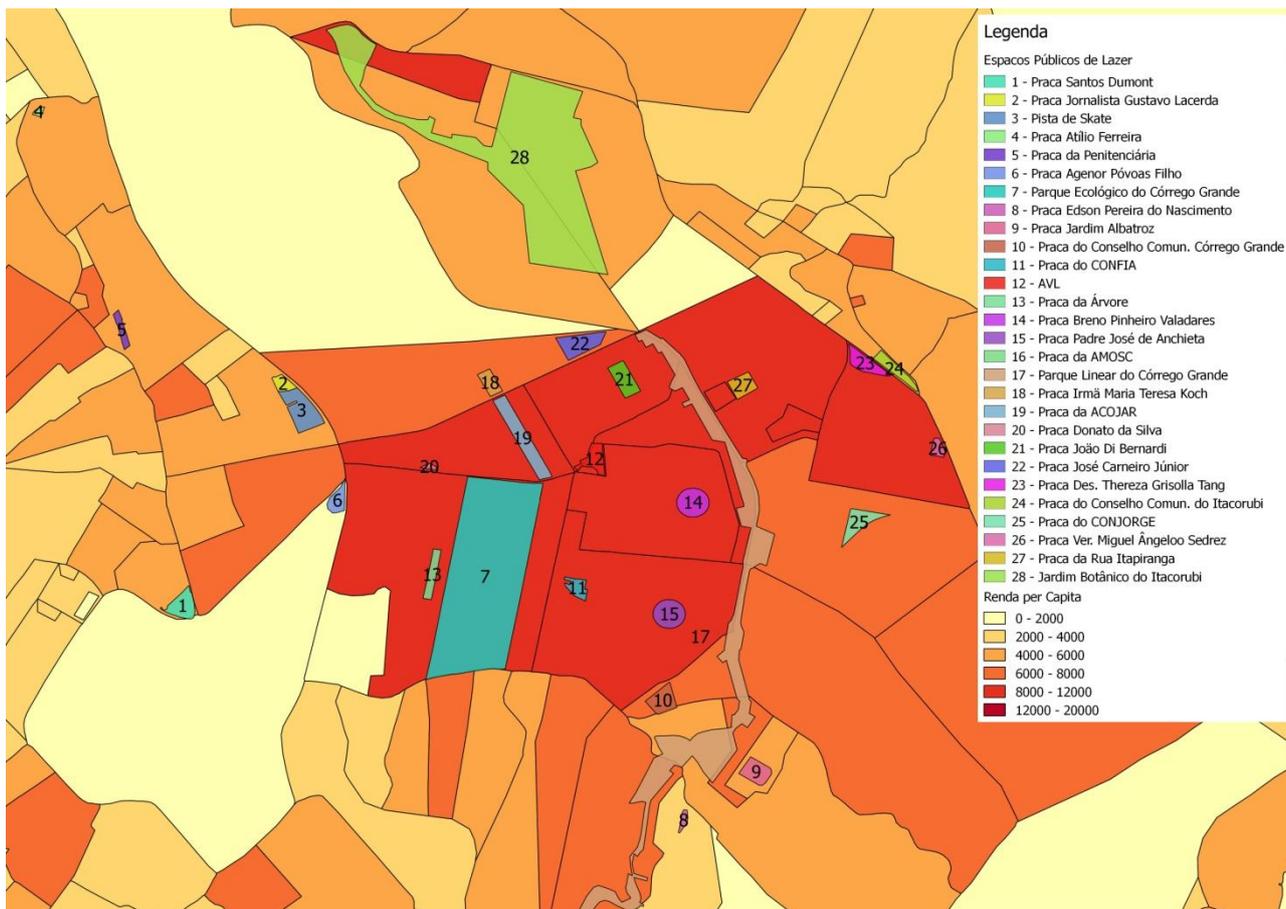
### 3.2. Características do Entorno

Os gráficos 3 e 4 revelam as densidades populacionais (em hab/km<sup>2</sup>) e de renda per capita (em R\$) nos entornos dos objetos de estudo catalogados. Estas informações se baseiam em dados censitários de 2010 fornecidos pelo IBGE, dentro da base cartográfica de Logit Engenharia Construtiva *et al.* (2015). Acredita-se que estas características do entorno possam interferir no caráter dos espaços públicos de lazer em que se inserem.



**Gráfico 3: Densidades populacionais médias no entorno**

Elaboração própria a partir da base cartográfica de Logit Engenharia Consultiva *et al.*, 2015



**Gráfico 4: Renda per capita no entorno**

Elaboração própria a partir da base cartográfica de Logit Engenharia Consultiva *et al.*, 2015

De uma maneira resumida, percebe-se que as formas predominantes são os retângulos (32%), seguidos dos triângulos (28,5%), e das formas variáveis (21%). Quanto à sua posição no tecido urbano, as mais comuns são completamente soltas ou isoladas no sistema viário (43%), e pouco engastadas (32%), isto é, lindeira a lotes privados em apenas uma face. As funções e equipamentos mais frequentes correspondem às áreas de estar, presentes em 68% dos espaços catalogados, lazer infantil em 57%, campo de futebol em 36%, quadra esportiva em 28,5%, e área de ginástica e sede social empatadas em 21,5%.

Quanto à data de criação, os objetos levantados se distribuem segundo os períodos pré-estabelecidos nos procedimentos metodológicos em 7,5% de 1938 a 1956, 46% de 1957 a 1976, 18% de 1977 a 1993, 18% de 1994 a 2006, 7,5% de 2007 a 2011, e 4,0% de 2012 a 2015. Especialmente, constata-se um arranjo diretamente proporcional à distribuição de renda: quanto mais alta a renda média per capita, mais espaços públicos de lazer disponíveis no entorno. Já no que diz respeito às densidades, esta relação é inversa: quanto mais densas as áreas, menos espaços públicos próximos à população imediatamente vizinha.

### 3.3A Praça da AMJA

A praça da AMJA fica situada no bairro do Córrego Grande, em uma área conhecida como loteamento multifamiliar pela construtora Bermann (gráfico 5). Esta praça fica situada no bairro do Córrego Grande, em uma área conhecida como loteamento multifamiliar pela construtora Bermann. O loteamento foi construído em etapas, com início na década de 80 (cerca de 8 edifícios), e conclusão na década seguinte (outros 7 edifícios restantes). A partir destes dados e por este objeto aparecer na foto aérea de 1994, foi incluído no período de criação de número (3), correspondendo ao intervalo entre 1977 e 1993.

A associação dos moradores foi fundada em 10 de junho de 1996, no intuito de dar voz às demandas do bairro. Segundo a própria instituição, a sua principal conquista foi a Área Verde de Lazer – hoje Praça Jardim Albatroz (AMJA, 2015).

Os edifícios do entorno imediato da praça (gráfico 5) são condomínios individuais, possuem 4 pavimentos mais garagem no térreo em pilotis, elevadores e sacadas. As plantas variam de 2 a 3 dormitórios, com 1 ou 2 vagas de garagem, e salão de festas. Os condomínios mais atuais chegam a 12 pavimentos mais 2 de garagem. Os condomínios em obra ou em projeto chegam a 8 pavimentos. Existe um comércio vicinal bastante variado, mas o entorno imediato é essencialmente residencial.

A linha 1115 dos ônibus executivos contorna a praça, e as linhas 187 e D-163 têm paradas a cerca de 150m de distância. Apesar de não dispor de estacionamento próprio, é possível estacionar nas ruas em volta da praça. Nos arredores da praça, aos sábados no período matutino, acontece a feira de hortifrutigranjeiros.



Figura 5: Entorno da Praça da AMJA  
Dimas Construções, 2016 e editada pelas autoras

A praça da AMJA foi restaurada no ano de 2014, como uma das medidas compensatórias estabelecidas pela "TAC da Fazendinha" (Termo e Ajuste de Conduta), firmado no ano anterior entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, através da 28ª Promotoria de Justiça da Capital do Meio Ambiente, a Prefeitura de Florianópolis e quatro construtoras (FormaccoCezarium, Dimas Empreendimento, Álamo Construtora e Construtora GPinheiro) (PMF, 2015). Seguindo esta discussão, no fim do ano de 2014 foi aprovada pela Câmara Municipal de Florianópolis o projeto do Parque Linear do Córrego Grande.



Gráfico6: Marco de reinauguração da Praça da AMJAapós a sua restauração

Acervo pessoal, 2016

O projeto paisagístico da praça manteve algumas de suas características anteriores, acrescentandofunções e equipamentos novos. Existem atualmente equipamentos de lazer infantil, campo de futebol, quadra esportiva, área de ginástica, diversas áreas de estar, incluindo postes para a fixação de redes de descanso, e *pet-place* (área para passeio exclusiva para animais domésticos) (gráfico 7). Quanto à forma, este objeto é um retângulo de aproximadamente 80m x 107m, perfazendo uma área de cerca de 8.500m<sup>2</sup>. Este retângulo possui quatro testadas, estando solto no sistema viário, isto é, sem nenhum engastamento em lotes vizinhos.

Por se tratar de um objeto recentemente restaurado, os acabamentos, mobiliário, arborização, iluminação foram classificados com suficientes, quanto à quantidade, e bons, quanto à qualidade. Caminhos e equipamentos atendem à NBR 9050: 2015.



Gráfico 7: Implantação da Praça da AMJA:  
Dimas Construções, 2016 editada pelas autoras

O registro das frequências revelou um fluxo de cerca de 8 usuários/hora no período matutino, 5 usuários/hora em período vespertino, e 47 usuários/hora em período noturno. Como a pesquisa foi realizada no mês de fevereiro, é possível que os resultados sejam diferentes nos meses mais frios. No período matutino, a idade aproximada dos seus usuários poderia ser dividida em: 25% de crianças, 50% de adultos, e 25% de idosos. No período vespertino, 0% de crianças, 40% de adultos, e 60% de idosos. É possível que o número reduzido de crianças neste período aponte para matrículas em escolas durante a tarde. Por esta mesma razão, no período noturno, o grupo de crianças sobe para 42% (muitas vestindo uniformes escolares), o de adultos para 58%, e o de idosos cai a 0%.

Nos fins-de-semana, as frequências se apresentam mais altas aos domingos. Aos sábados, foi registrado um fluxo médio de aproximadamente 2 usuários/hora no período matutino, e 10 usuários/hora em período vespertino, até mesmo em dias de chuva fina. Aos domingos, os fluxos médios foram de 26 e 15 usuários/hora, respectivamente. No período matutino, a idade aproximada dos seus usuários poderia ser dividida em: 26% de crianças, 66% de adultos, e 8% de idosos. No período vespertino, 0% de crianças, e 100% de adultos. Em geral, parece também existir uma média de 25% de usuários do sexo feminino para 75% de usuários do sexo masculino para todos os períodos.

No que diz respeito às atividades exercidas, o grupo de crianças usa o playground (brincar) (gráfico 8), e a quadra (esportes). O grupo de mulheres é verificado acompanhando crianças, usando os equipamentos de ginástica e de estar (gráfico 9), respectivamente. Já os homens aparecem ocupados com atividades físicas em quadra ou campo, acompanhando menores, e usando as academias de ginástica (gráfico 10). Muitas pessoas também usam o espaço para passear com seus animais de estimação. Informações mais detalhadas sobre os perfis de usuários, e as atividades praticadas serão abordadas em pesquisa futura.



**Gráfico 8: Playground às 20h do dia 18/02/2016**  
Acervo pessoal, 2016



**Gráfico 9: Área de estar e redes às 10h do dia 19/02/2016**  
Acervo pessoal, 2016



Gráfico 10:Área de ginástica (Unimed)às 10h do dia 19/02/2016  
Acervo pessoal, 2016

Em comparação aos demais espaços públicos de lazer catalogados nesta pesquisa, a praça da AMJA parece ter a capacidade de atrair mais usuários, com exceção do Parque Ecológico do Córrego Grande. O entorno residencial bastante urbanizado, plano, a forma da praça e sua localização central parecem ser fundamentais, aumentando a sensação de controle e de segurança. O próprio contorno viário garante movimento com velocidades moderadas. O limite atual de velocidade é de 30 km/h e tem sido respeitado pelos motoristas. Os dados censitários de 2010 demonstram uma densidade populacional alta no entorno deste espaço público de lazer, o que muito provavelmente contribui para manter as frequências verificadas. Outro ponto, talvez até mais importante, seja o fato de que os condomínios do entorno imediato não apresentam área de lazer muito equipadas: normalmente possuem apenas salão de festas e churrasqueira coletiva. Muitos anúncios de imóveis para venda e aluguel em seu entorno imediato destacam a praça da AMJA e incluem fotos deste espaço público de lazer, como sinônimo de qualidade de vida.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente, apesar da inegável importância dos espaços públicos como símbolo máximo de urbanidade e de direito à cidade, em Florianópolis parece haver um descompasso entre o crescimento populacional nas últimas décadas e a criação de praças e parques. Na bacia hidrográfica do Itacorubi existem atualmente 28 espaços públicos de lazer, sejam de contemplação e ou de recreação.

O objetivo desta pesquisa foi efetuar um levantamento das características dos espaços públicos na Bacia do Itacorubi e constituir um banco de dados sobre estes espaços utilizando o sistema de informações geográficas (SIG), incluindo variáveis como forma, funções, área, limites, dentre outras. No presente artigo, foi feito um relato sobre este processo, detalhando apenas a Praça da AMJA, ou Jardim Albatroz. Este espaço foi selecionado tendo em vista a sua elevada capacidade atual de atrair usuários.

O próximo passo, será cruzar todas as variáveis listadas para identificar quais estão mais fortemente correlacionadas, seja de forma direta ou inversa. Para tanto será necessário um software de estatística, para tentar identificar quais aspectos físicos e morfológicos tornam alguns espaços mais atrativos que outros, o

que poderá servir como base para a elaboração de um conjunto de diretrizes projetuais. Este conjunto de diretrizes pretende ser válido para a reformulação desses espaços ou mesmo para a criação de novos.

Mesmo assim, a partir da construção deste banco de dados, pode-se fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, um bom projeto paisagístico é aparentemente capaz de atrair usuários. Destaca-se aqui a importância dos Programas Adote uma Praça e de iniciativas público-privadas como o projeto Boa Praça, tanto para restauração como para manutenção destes espaços. As obras de revitalização de alguns espaços têm sido possíveis devido aos instrumentos de contrapartida estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (2001). Esta revalorização dos espaços públicos aparece como tendência contrária à cidade moderna, e tem sido estimulada paradoxalmente pelas redes sociais, ao contrário do que se imaginava. Movimentos sociais de proteção a estes espaços também têm ganhado força através da internet.

Em segundo lugar, entornos mais densos, compostos por condomínios de habitação multifamiliar sem equipamentos de lazer, parecem contribuir para uma alta frequência nos espaços públicos. Condomínios muito equipados ou entornos pouco densos, compostos por residências unifamiliares, aparentemente não estimulam o uso destas áreas.

Em terceiro lugar, parece haver uma preferência por funções ou equipamentos para crianças ou usuários do sexo masculino nos objetos estudados. As mulheres costumam acompanhar seus filhos, mas pouco usufruem individualmente ou em grupo. Percebe-se a construção da cidade pensada através de uma perspectiva de gênero.

Para finalizar, destaca-se que o índice de área de espaços públicos de lazer) para a bacia do Itacorubi é de cerca de 17,20 m<sup>2</sup>/habitante (935.234 m<sup>2</sup>/ 55.000hab). Por outro lado, considerando-se que a mancha urbana desta bacia hidrográfica possui uma área aproximada de 12 km<sup>2</sup> (12.000.000 m<sup>2</sup>) em 2016 (sem incluir as áreas de preservação permanente do manguezal do Itacorubi e das encostas do morros), os espaços públicos de lazer perfazem cerca de 7,8% deste total. Partindo-se da Lei Federal 6.766/79, pela qual 35% da área de uma gleba devem ser destinadas a áreas públicas - esta definição cabe atualmente aos municípios, e considerando que os arruamentos correspondem nesta região a uma média de 20% da área total (a partir de dados de Assen de Oliveira, 1999), parece haver ainda uma diferença de 7,2% da área. Esta seja talvez uma evidência da falta de qualidade e de quantidade de espaços públicos de lazer nesta região.

Como recomendação para futuras pesquisas ou projetos, sugere-se a ligação dos espaços aqui catalogados através de corredores verdes com caminhos e ciclovias inundáveis, passando por áreas de preservação, e a criação de entradas desvinculadas do sistema viário. Estes corredores proporcionariam novos canais de comunicação entre os bairros que compõem a bacia, contribuindo para a mobilidade local.

Cabe também ressaltar que esta análise faz parte de uma investigação maior que abrange as pesquisas "Espaços Públicos de Lazer de Florianópolis/SC: análise das condições de insolação de praças e parques da bacia hidrográfica do Itacorubi" e "Morfologia dos Espaços Habitacionais em Florianópolis/SC: condomínios verticais multifamiliares no bairro do Itacorubi", com a intenção relacionar mudanças na estrutura urbana às transformações habitacionais, no âmbito da pesquisa e da pós-graduação centralizadas no Grupo de Pesquisa Urbanidades: Forma Urbana e Processos Socioespaciais.

## 5 REFERÊNCIAS

ASSEN de OLIVEIRA, L. (1999) *Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

CARLOS, A. F. (2001) *Novas contradições do espaço*. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F., SEABRA, O. C. L. (orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade* (62-74). São Paulo: Contexto.

FRÚGOLI JR., F. (2001) *A Questão da Centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial*. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 16, p. 51-66.

GOMES, P. C. da C. (2002) *A Condição Urbana: ensaio de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HABERMAS, J. (1993) *Modernidade versus Pós-modernidade*. Arte em Revista, nº 7. São Paulo: CEAC, Centro de Estudos de Arte Contemporânea.

KRIER, Rob (1976) *Stuttgart*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA; STRATEGY; MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS (2015) *Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis - PLAMUS*. Florianópolis: Logit Engenharia Consultiva.

RHYS, W. (1995) Constructing the Public Good: social movements and cultural resources. In: *Social Problems*, v. 42, nº 1, p. 124-144.

ROSSETTO, A. M. (2011) Políticas Públicas na Estruturação da Cidade e na Construção de Centralidades Territoriais. In: ASSEN DE OLIVEIRA, L.; DO AMARAL E SILVA, G. P.; ROSSETTO, A. M.. *Arquitetura da Cidade Contemporânea Centralidade Estrutura e Políticas Públicas*. Itajaí: Editora Univali.

SILVA, R. C. (2010) *Vulnerabilidade socioambiental a desastres na bacia hidrográfica do Rio Itacorubi, Florianópolis, SC*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Florianópolis.

VAZ, M. J. M. (2016) *A produção do espaço público em Florianópolis: as praças e a vida urbana*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis.

### Fontes Eletrônicas

AMJA - Associação dos Moradores do Jardim Albatroz (2015) *Sobre Nós*. Disponível em <<http://www.amja.org.br/>> (Consulta em 22/02/2016)

Dimas Construções (2016) *D'Park*. Disponível em <<http://dimasconstrucoes.com.br/dpark/>> (Consulta em 22/02/2016)

GUERRA, A. (2000) Três Questões sobre Urbanismo (editorial). In: *Arquitextos*, nº 005. Disponível em <[www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq005/arq005\\_00.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq005/arq005_00.asp)> (Consulta em 13.03.2004)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarina|florianopolis|infograficos:-informacoes-completas>> (Consulta: 19/11/2015)

KRIER, Rob (1979) *Urban Space*. Londres: Academy Editions. Disponível em <<http://robkrier.de/urban-space-engl.php#page-001>> (Consulta: 15/12/2014)

LOPES, A. M. (1999) *Os Espaços Públicos (de Lazer) na Cidade: Emergência de Novas Práticas e Vocações Territoriais*. In: *A página da educação*, nº 83. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=789>>. (Consulta: 03/06/2005)

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis (20XX) *Programa Adote uma Praça*.

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015). *Parques e áreas de lazer: R\$ 1,5 milhão investidos*. Disponível em <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/saej/index.php?pagina=notpagina&menu=0&noti=13431>> (Consulta em 22/02/2016)

PUI/ME, E. (2014) *Diferenças entre espaço público, privado e acessível ao público*. Disponível em <<http://emiliopuime.jusbrasil.com.br/artigos/112339069/diferencas-entre-espaco-publico-privado-e-acessivel-ao-publico>> (Consulta: 15/12/2014)

SANTOS FILHO, R. D. dos. Espaço Urbano Contemporâneo: as recentes transformações no espaço público e suas conseqüentes implicações para uma crítica aos conceitos tradicionais do urbano. In: *Arquitextos*,

Texto especial 269, dezembro 2004. Disponível em<[www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp303.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp303.asp)>(Consulta em 15.03.2005)

SEGRE, R. (2005) Espaço Público e Democracia: experiências recentes nas cidades de América Hispânica. In: *Arquitextos*, Texto especial 303. Disponível em<[www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp303.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp303.asp)>(Consulta em 10.06.2005)

## Legislação

BRASIL - Presidência da República (1979) *Lei n° 6.766/79*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L6766.htm)> (Consulta em 22/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (1985)*Lei n° 2270/85*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1985/lpmf/lei2270\\_85.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1985/lpmf/lei2270_85.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (1987)*Lei n° 2643/87*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1987/lpmf/lei2643\\_87.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1987/lpmf/lei2643_87.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (1988)*Lei n° 2947/88*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1988/lpmf/lei2947\\_88.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1988/lpmf/lei2947_88.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (1988)*Lei n° 2948/88*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1988/lpmf/lei2948\\_88.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1988/lpmf/lei2948_88.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (1992)*Lei n° 3907/92*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1992/lpmf/lei3907\\_92.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1992/lpmf/lei3907_92.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (1995)*Lei n° 4753/95*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1995/lpmf/lei4753\\_95.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1995/lpmf/lei4753_95.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (1997)*Lei n° 5141/97*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1997/lpmf/lei5141\\_97.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/1997/lpmf/lei5141_97.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (2000)*Lei n° 5646/00*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2000/lpmf/lei5646\\_00.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2000/lpmf/lei5646_00.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (2000)*Lei n° 5675/00*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2000/lpmf/lei5675\\_00.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2000/lpmf/lei5675_00.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (2002)*Lei n° 5978/02*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2002/lpmf/lei5978\\_02.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2002/lpmf/lei5978_02.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (2006)*Lei n° 7019/06*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2006/lpmf/lei7019\\_06.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2006/lpmf/lei7019_06.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (2009)*Lei n° 7041/06*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2006/lpmf/lei7041\\_06.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2006/lpmf/lei7041_06.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (2009)*Lei n° 8015/09*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2009/lpmf/lei8015\\_09.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2009/lpmf/lei8015_09.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (2013)*Lei n° 9338/2013*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2013/lpmf/lei9338\\_13.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2013/lpmf/lei9338_13.doc)> (Consulta:17/02/2016)

CMF - Câmara Municipal de Florianópolis (2014)*Lei n° 9455/14*. Disponível em <[http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2014/lpmf/lei9455\\_14.doc](http://sistemas.sc.gov.br/cmfpesquisa/docs/2014/lpmf/lei9455_14.doc)> (Consulta:17/02/2016)